

Gênero



UNIVERSIDADE: substantivo feminino, gênero democrático.

Todos os dias, quando organizamos nossa configuração corporal e escolhemos a roupa que iremos vestir para realizar nossas atividades – trabalhar, estudar, consumir, passear, namorar –, procuramos respeitar uma das regras mais fortes que pautam a vida em sociedade: a que nos identifica como pertencentes ao gênero feminino ou masculino. Por extensão, a que nos define como mulheres ou como homens.

Desconsiderar esta regra é um ato de subversão. Durante muito tempo, os critérios para decidir quem teria ou não acesso a determinados direitos, à cidadania, à justiça e à liberdade foram baseados no gênero das pessoas. Ainda que hoje a desigualdade destes critérios tenha diminuído, ela permanece e provoca impactos importantes em nosso cotidiano, inclusive na universidade.

Antes de explorar a questão de gênero no ambiente universitário, vale fazer algumas distinções. A primeira delas é que as ideias que temos do que é ser “mulher” ou “homem” são fruto de construções culturais, ou seja, produtos humanos. A genitália e os cromossomos que apresentamos ao nascer nos classificam simplesmente: “fêmeas”, ou “machos”, ou como híbridos sexualmente; exatamente como no mundo animal. A partir da convivência com outros seres sociais somos expostos a pessoas categorizadas como “mulheres” e pessoas categorizadas como “homens” e nos identificaremos com estas categorias. No entanto, nem sempre esta identificação acontece entre macho-homem ou fêmea-mulher. E quando não ocorre desta forma, a sociedade tende a não aceitar a pessoa na sua singularidade, recusando a ela desde o respeito básico que se deve ter pelo outro até direitos civis e cidadania.

Além da identificação de gênero e do sexo biológico, outro aspecto que regula nossa

vida em sociedade é a orientação sexual, que direciona as escolhas dos parceiros afetivo-sexuais que desejamos ter. Surgem, daí, as denominações heterossexual, homossexual, bissexual. Apesar do senso comum e dos estereótipos profusamente difundidos na mídia e nos demais produtos culturais, a homossexualidade não tem a ver com a relação entre sexo biológico e identidade de gênero. E mais: tais orientações, como o próprio nome diz, não indicam comportamentos fixos. A mobilidade entre os polos deste eixo só não acontece mais pelas severas constrições sociais que nos obrigam a adotar um deles – especialmente a heterossexualidade – e a deixar bem claro a qual dos polos “pertencemos”.

Para entender melhor as possíveis “relações” ou “combinações” entre estas três categorias, sugiro que se assista o filme “Elvis e Madona” (2010), brasileiro, e o francês “Une nouvelle amie” (“Uma nova amiga”, de 2014). Dou esta dica não para que se possa acrescentar mais categorias àquelas já tradicionais de “homem” e “mulher”, no intuito de oferecer outras possibilidades de classificação. A intenção é, justamente, mostrar que existem formas muito diversificadas e singulares de parecer e de se relacionar, assim como são diversificados e singulares os seres humanos. E que, portanto, nossa ânsia de “classificar” os outros é improdutivo e desnecessária. A não ser, é claro, que se viva em uma sociedade em que algumas “categorias” de pessoas têm mais direitos do que outras.

As questões expostas até aqui têm sido objeto de discussão de diferentes movimentos e instituições, incluindo a universidade. Na academia, os estudos de gênero procuram dar conta de um tipo de relação social que não estava prevista quando Marx criou a categoria

“classe social” no século XIX, “trazendo à luz uma multidão de oprimidos”, como esclarece Rose Marie Muraro no texto de introdução à coletânea de artigos publicada pela FAPERJ e Relume Dumará, em 2001, sob o título “Mulher, gênero e sociedade”. Havia outro tipo de relação de poder que prejudicava tanto pessoas da classe burguesa quanto do proletariado, e ela estava baseada no gênero dos indivíduos.

De lá para cá, o gênero enquanto direcionamento teórico tem ocupado cada vez mais espaço no ambiente universitário, ainda que se veja um caráter específico neste aporte, e não geral. Com base neste pensamento, tais estudos interessariam apenas aqueles que são afetados pela desigualdade das relações de poder baseadas no gênero, como mulheres, homo e bissexuais, pessoas trans. Um grande equívoco, pois o termo relação indica justamente a reciprocidade entre os elementos que se colocam em interação. Se o gênero é uma das categorias que organizam as práticas de vida e de produção de sentido dos seres sociais, ela deveria permear todas as reflexões sobre a sociedade – ao menos enquanto os polos desta categoria forem valorados de maneiras diferentes, resultando em diversas situações de desigualdade.

Um bom exemplo sobre a relevância de se considerar a transversalidade do gênero no campo do conhecimento é, justamente, o direcionamento das produções realizadas neste campo. Se lembrarmos que alguma representatividade feminina na universidade e nas artes é recente – coisa de 100 anos ou menos –, teremos uma ideia de como faltou (e ainda falta) esta perspectiva na maneira de se fazer ciência e de se pensar sobre os problemas do mundo. Esta ausência impacta o direcionamento de pesquisas nas áreas da

saúde, do direito, da comunicação, da economia e em muitas outras, com consequências diretas para o estabelecimento de leis, políticas públicas, educação e tudo mais. O mesmo acontece com outros grupos sociais “subalternos”, que por não terem tanto acesso ou representatividade nestas instituições, têm desconsiderada a sua perspectiva teórica, científica e política acerca das coisas do mundo.

No ambiente universitário, hoje as mulheres são maioria entre os estudantes. Ainda assim, ganham menos que os homens na mesma função quando vão para o mercado de trabalho. Nos “trotos”, são objeto de brincadeiras e agressões sexuais. A discriminação, para não falar da violência, afeta também pessoas LGBTQs. A questão do gênero na universidade, portanto, deve pautar também a promoção de um ambiente democrático e de respeito a toda sua comunidade.

A boa notícia é que tais esforços vêm transparecendo em recentes manifestações da cultura e do discurso universitário brasileiros: nos grupos de pesquisa; nos eventos e publicações abordando o tema, a exemplo desta seção da Revista Expressão; nas campanhas de conscientização promovidas por docentes e discentes; na organização de coletivos; na inclusão do tema gênero nas atividades de classe e extraclasse.

Neste sentido, a universidade que se constitui nesta relação com o “gênero” é uma instituição mais alinhada aos seus princípios de formação, de promoção e difusão do conhecimento, de centro de inovação, de compromisso social e comunitário. Se o gênero transita por todos os espaços do ambiente universitário, o respeito à diversidade de sua manifestação deve ser, também, democrático: do “trote” à formatura, da cantina ao auditório, do pátio à reitoria.

AUTORA: Adriana Tulio Baggio - Professora dos cursos de Comunicação Social do Centro Universitário Internacional Uninter e da Universidade Federal do Paraná, pesquisadora do Centro de Pesquisas Sociosemióticas da PUC-SP.